

## O setor externo de Minas Gerais provincial

Cristiano Corte Restitutti <sup>1</sup>

### Resumo

Apesar do fraco desempenho da sua agricultura de exportação, Minas Gerais foi durante todo o século XIX a província com o maior plantel de escravos do Brasil. Este patente paradoxo para a historiografia econômica tradicional gerou o debate entre Roberto Martins e Robert Slenes no começo da década de 1980. A validação das hipóteses então levantadas ensejou uma série de contribuições que devido ao próprio objeto do debate – população escrava – se restringiram à área da demografia histórica. A tônica dessas contribuições foi o argumento da “diversidade regional mineira” que permite conciliar a ação conjunta do tráfico internacional, da reprodução natural e dos saldos no tráfico interno brasileiro.

As evidências de importação de escravos em áreas desligadas da agroexportação sugerem, contudo, outra abordagem ao tema, qual seja, a capacidade de adquirir escravos em uma economia não-exportadora. Desloca-se o eixo do debate para a importância do setor exportador, do abastecimento do Rio de Janeiro e do grau de isolamento da economia mineira. Esta pesquisa contribui para o debate sobre o funcionamento da economia mineira provincial complementando os estudos de Martins e Slenes no que concerne aos laços extraprovinciais do setor mercantil mineiro. Estes autores calcularam o índice de “exportações” *per capita* de Minas Gerais para anos esparsos do século XIX. Repetimos o exercício, completando a série das “exportações” mineiras para o período de 1818 e 1884.

Na seção 1 apresentamos as fontes de dados para a quantificação do comércio interprovincial mineiro de gêneros da agropecuária e da mineração (ouro e diamantes). Na seção 2 expomos a metodologia de cálculo dos preços utilizados para o valor deste comércio. Na seção 3 avaliamos os movimentos gerais do valor das “exportações” mineiras totais e por categorias de produto, analisamos a série em termos *per capita* e comparamos com as exportações do Brasil. Na seção 4 recapitulamos as principais idéias do debate acerca da pujança exportadora de Minas provincial e concluímos à luz dos dados apresentados nas seções anteriores.

### Palavras-chave

Brasil (Império). Minas Gerais (Província). Exportações. Mercado interno.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Econômica (FCLAr/UNESP) e Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP). Email: [cristiano.corte@gmail.com](mailto:cristiano.corte@gmail.com). Endereço para correspondência: Rua Major Sólon, 615, apto 101, Campinas, São Paulo, CEP 13024-907.

## 1. O volume do comércio externo de Minas Gerais, 1818-1884

As quantidades do comércio interprovincial mineiro conforme a “taxa de exportação” e as possibilidades de sub-registro desta fonte são apresentadas na seção 1.1. As quantidades de ouro e diamantes anualmente exportados conforme diversas fontes e algumas estimativas são apresentadas na seção 1.2.

### 1.1. As “exportações” agropecuárias

A série de “exportações” interprovinciais mineiras durante o século XIX tem origem fiscal, baseando-se na *taxa de exportação* da lei nº154 de 9 de abril de 1839, derivada do *dízimo* sobre a produção mercantil, recolhida sobre a circulação de mercadorias na fronteira mineira em *recebedorias*, estações fiscais guarnecidas. Estas fontes foram originalmente transcritas e analisadas por Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Martins (1982).<sup>2</sup>

As leis de orçamento da receita provincial enumeram alguns gêneros explicitamente isentos da taxa de exportação. Estes incentivos fiscais eram feitos para produtos de cultura incipiente (chá, erva mate ou congonha), onerados por outros impostos provinciais (ouro, diamantes) ou municipais (aguardente, salitre) ou, ainda, substitutos de importados (livros, freios, “obras de ferro ou de outro qualquer metal”, etc.). O não registro destas exportações não afeta o volume total, exceto para o valor de ouro e diamantes, pois não há indícios de que o comércio dos demais produtos fosse sistemático e em grandes quantidades.<sup>3</sup>

Por outro lado, o sub-registro dos gêneros taxados não pode ser medido e não é insignificante. Os problemas de desleixo, corrupção e extravios abundavam. As dificuldades para execução do regulamento, que exigia a exata contagem e pesagem dos gêneros, geravam desvios no registro das quantidades; adotava-se, em geral, a medida de oito arrobas por animal.<sup>4</sup> O pouco trânsito em algumas recebedorias não justificava os emolumentos aos funcionários.<sup>5</sup> As relações mensais do movimento nas recebedorias nem sempre eram remetidas a tempo da

---

<sup>2</sup> A descrição da origem fiscal das informações e o arrolamento completo das fontes encontram-se na minha Dissertação de Mestrado (RESTITUTTI, 2006, pp. 36-40, 317-320).

<sup>3</sup> A pauta dos gêneros sujeitos à taxa continha 51 produtos em 1839. O número foi crescente até a pauta de 1875, quando chegou a ter 88 produtos. Em 1876 foram isentos vinte e três, que representaram menos de 0,5% do valor anualmente exportado em 1871-76 a preços oficiais. A revisão de 1883 acrescentou 11 novos produtos e isentou 40, que constituíram menos de 0,5% do valor anualmente exportado em 1878-83, a preços oficiais.

<sup>4</sup> Segundo o Inspetor da Fazenda, escrevendo em 1855, “na conformidade dos Regulamentos é invariavelmente calculado em 8 o número de arrobas que carrega uma besta, quando do ordinário sobre cada uma pesa não menos de 10” (APM, PP 1/40, Cx. 37, Doc. 10). A capacidade de carga aumentava conforme a qualidade das bestas, “as que fazem pequenas marchas carregam 12 arrobas; algumas conduzem este peso nas marchas dilatadas, quando são valentes. As mais fracas carregam ordinariamente 8 arrobas” (CUNHA MATOS, 1981, Vol. II, p. 309).

<sup>5</sup> Em 1844, das vinte e seis recebedorias então existentes, as nove de menor arrecadação recolheram 3:330\$339 réis e despenderam 3:380\$800 réis (MINAS GERAIS, 1844, pp. 56-57).

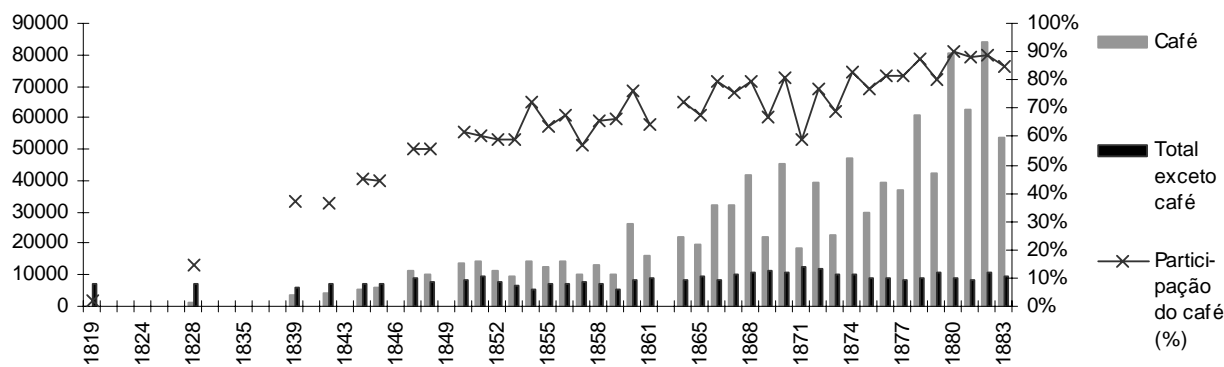
publicação dos mapas anuais.<sup>6</sup> E as rotas de descaminho eram conhecidas pela administração provincial, que se esforçava para prover os portos secos de *estações de vigia*.<sup>7</sup>

A evasão fiscal do café era a maior preocupação desde os tempos do dízimo na década de 1830. Os maiores conflitos vinham do temor pela possibilidade de bi-tributação no Rio de Janeiro caso as guias mineira fossem consideradas ilegítimas na alfândega da Corte. Os exportadores eram estimulados ao descaminho; dada possibilidade de menor arrecadação, em 1837 foram estabelecidas taxas sobre o café em Minas Gerais menores que no Rio de Janeiro. O que causaria protestos da presidência fluminense, resultando no Convênio entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro segundo o qual toda a exportação de café das duas províncias era taxada na alfândega da Corte, em vigor no período de setembro de 1851 a outubro de 1860.<sup>8</sup>

Conforme a comparação dos volumes registrados nas recebedorias aos calculados pelo engenheiro provincial Henrique Gerber “incluindo-se nesta soma os extravios” (GERBER, 1863, p. 44), a percentagem dos extravios das exportações mineiras em média 25-30% em 1854-59: 6% para o gado bovino, 40% para o gado cavalari e muar, 43% para outros gados, 33% para o café, 19% para o fumo, 27% para o toucinho e 25% para os demais gêneros transportáveis.

Apresentamos abaixo as quantidades exportadas *em peso* para os bens transportáveis (em mulas, carros de bois, vagões de trem ou embarcações) e *em cabeças* para os gados soltos.

**Gráfico 1.** Exportações mineiras de bens transportáveis: café e total exceto café, 1819-83 (toneladas)



As quantidades exportadas foram consistentemente crescentes em todo o período exclusivamente devido ao café. A fronteira agrícola do café em território mineiro cresceu

<sup>6</sup> Lê-se nos mapas de 1852 a 1857: “a importância das taxas mencionadas nesta Tabela não combina com a que foi escriturada em razão de enganos e falta de explicações nos Balancetes remetidos pelos Exatores, e porque não foram carregadas algumas quantias por falta de remessa dos documentos em tempo para as competentes liquidações”.

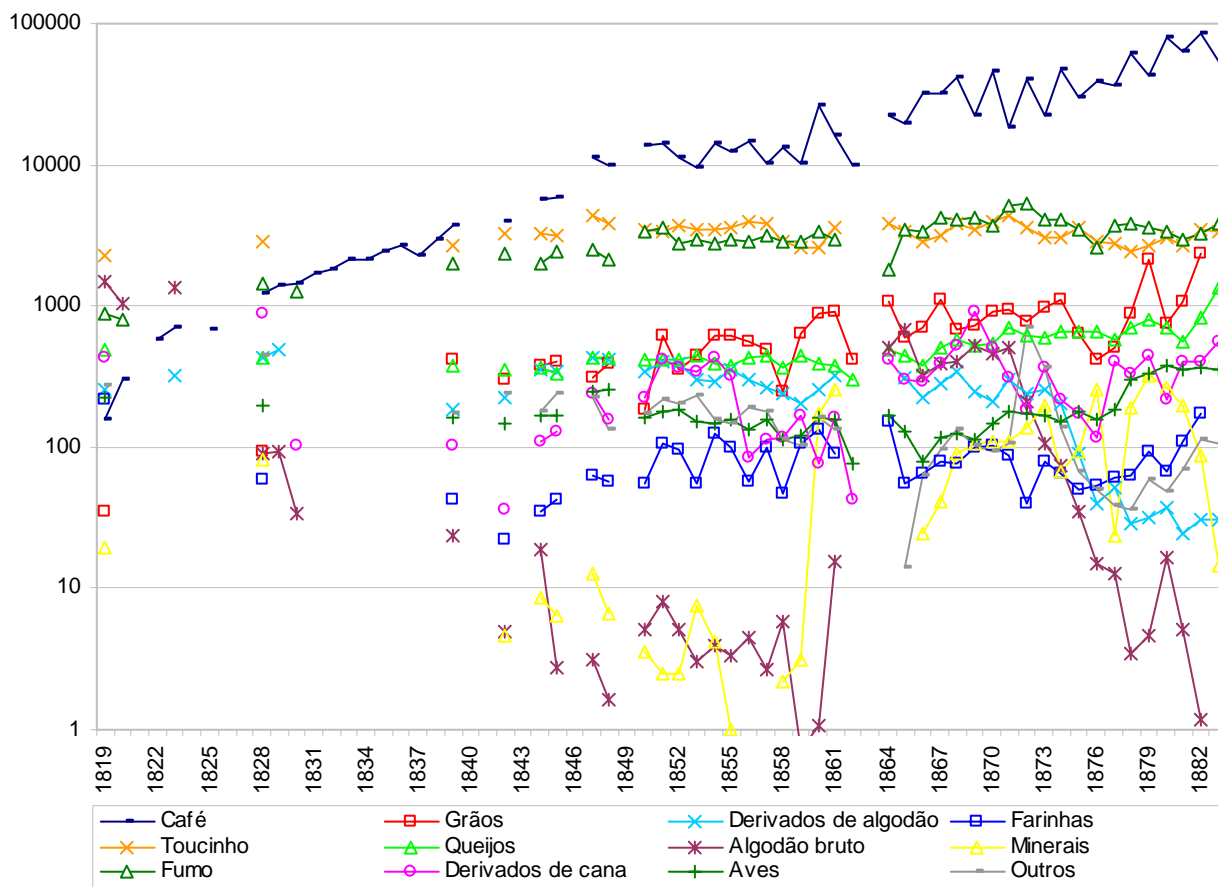
<sup>7</sup> Em 1869 havia 77 estações de vigia, das quais apenas 21 em atividade, pois 48 ainda não estavam definitivamente providas, “por falta de proposta dos Administradores”, e 7 não estavam “criadas de conformidade do Regulamento”, mas “existindo antes da promulgação desse regulamento” figuram na relação “porque não se pôde ainda obter informações acerca da conveniência de sua supressão ou conservação” (MINAS GERAIS, 1869, mapa s.n.).

<sup>8</sup> Isso gerou dois registros da exportação do café mineiro: o das recebedorias da província e o dos balancetes do convênio. Utilizamos os dados mais elevados, ou seja, dos balancetes, exceto no ano 1858/59 (cf. MARTINS & MARTINS, 1982, Anexo II, Tabela 4 – Café, notas 6 a 15).

ininterruptamente entre as décadas de 1810 e 1840 (vide gráfico 1).<sup>9</sup>

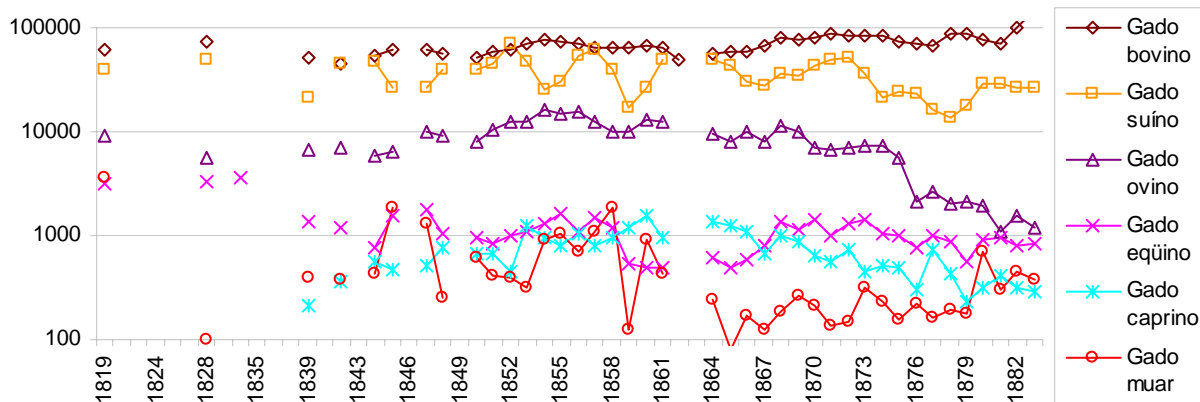
Não houve substituição de culturas antigas pelo café, ao contrário, as exportações não-cafeeiras apresentavam tendência crescente na década de 1840, mas este crescimento é seguido por estagnação na década de 1850 (vide gráficos 2 e 3).

**Gráfico 2.** Exportações mineiras de bens transportáveis, 1819-83 (toneladas, escala logarítmica)



Obs. Os agrupamentos de categorias de produto e as transformações de diversas medidas para o sistema métrico-decimal encontram-se descritas em RESTITUTTI, 2006, pp. 162 e 321-322.

**Gráfico 3.** Exportações mineiras de gados soltos, 1819-83 (cabeças, escala logarítmica)



<sup>9</sup> A série sugere que a expansão foi interrompida *circa* 1850, porém a partir de 1851 entra em vigor o convênio do café com o Rio de Janeiro, o que prejudica a confiabilidade dos dados de quantidades de café até 1860. Sobre as vicissitudes do sub-registro do café mineiro em meados do século XIX, vide RESTITUTTI, 2006, pp. 288-292.

Tomando os períodos 1839-46 e 1847-56, as quantidades exportadas de transportáveis não-cafeeiros passaram de 6.846 para 8.549 toneladas e as de gados soltos passaram de 96.341 para 118.123 cabeças.<sup>10</sup> Entretanto estas exportações eram pouco dinâmicas: a partir de meados da década de 1850 até o final da série ficaram estagnadas ou regrediram, com exceção para o comportamento das exportações de bovinos, queijos, grãos e fumo a partir de 1870/80.<sup>11</sup> As exportações de gados soltos, vinculadas ao abastecimento do mercado da Corte, estavam estagnadas durante o século XIX. O total de animais anualmente exportados superou o nível de 1828 (130 mil cabeças) tão-somente em 1852-54, 1856-58, 1870-73 e 1882-84.

## 1.2. Exportações de ouro e diamantes

As informações sobre as exportações mineiras de ouro e diamantes no século XIX são esparsas. Também utilizamos informes da produção destes itens, presumindo, na falta de dados da exportação, que “produção era sinônimo de exportação” (cf. SLENES, 1988, pp. 490-492).

Para 1818/19 o Barão de Eschwege (1944, pp. 360, 369) fornece a produção de ouro a partir da arrecadação do quinto, acrescida do contrabando equivalente ao quinto recolhido.<sup>12</sup> Para os demais anos valemo-nos das informações compiladas por Douglas Cole Libby para 1820-93, mormente os dados de produção anual da Imperial Brazilian Mining Company em 1826-56<sup>13</sup> e da Saint John d’El Rey Mining Company em 1835-1885.<sup>14</sup> Estas companhias inglesas de mineração foram responsáveis por 60,4% da produção de ouro em Minas Gerais entre 1820 e 1893, e por 69,3% entre 1839 e 1884. A série é completada pelos dados da produção anual média de outras minas exploradas por associações estrangeiras e nacionais, inclusive estimativa de faiscadores, para diferentes períodos em 1820-1860<sup>15</sup> e da produção anual média de sete empreendimentos ingleses em diferentes períodos em 1860-1893.<sup>16</sup>

---

<sup>10</sup> Entre 1839-46 e 1847-56 aumentaram especialmente as quantidades anuais exportadas de derivados de cana (232%), farinhas (131%), ovinos (78%), derivados de algodão (33%), fumo (32%), bovinos (21%), toucinho (17%), grãos (17%), suínos (16%), queijos (16%) e aves (15%).

<sup>11</sup> As exportações de bovinos estiveram a 80 mil cabeças anuais em 1871-80, em média, e chegaram a 147 mil em 1883/84. As de queijos acompanham as de bovinos, com média de 600 toneladas em 1871-80 e 1.300t em 1883/84. As de grãos superaram 2 mil toneladas em 1879/80 e 1882/83; foram isentas a partir de 1883/84. Já as de fumo atingiram seu máximo em 1871-73 com média de 5,2 mil toneladas anuais e regrediram para 2,6 mil toneladas em 1876/77, mas recuperaram-se com o advento de novas culturas na zona da Mata.

<sup>12</sup> A fuga ao pagamento do quinto poderia ser superior a 20% da produção: “o quinto devido ao governo é a causa principal que não me deixou saber a produção exata de nenhuma mina que visitei” (CALDCLEUGH, 2000, p. 62).

<sup>13</sup> FERRAND, Paul. *L’or à Minas Geraes*. Belo Horizonte: Impr. Oficial, 1913, p. 116, *apud* LIBBY, 1988, p. 292.

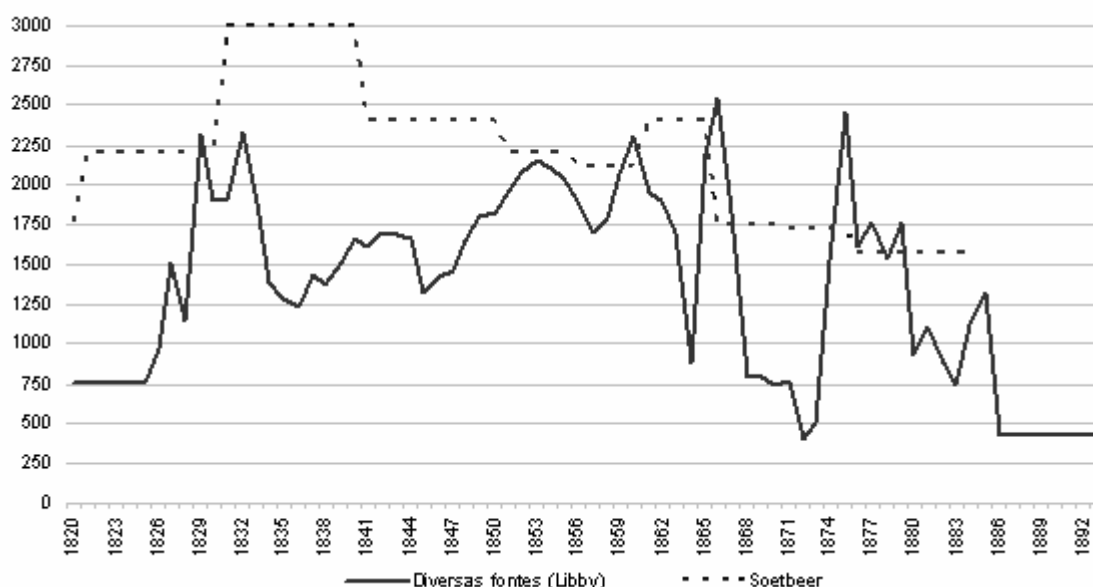
<sup>14</sup> A partir dos Annual Reports da St. John d’El Rey Mining Company (LIBBY, 1988, pp. 314-315).

<sup>15</sup> HENWOOD, William Jory. “Observations on metalliferous deposits”. *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall*, 8(1). Penzance: Willian Cornish, 1871, pp. 367-369, *apud* LIBBY, 1988, p. 270.

<sup>16</sup> FERRAND, *op. cit.*, pp. 135, 140, 144-147, 150-152, *apud* LIBBY, 1988, p. 271.

Acrescentamos para 1860-1893 a estimativa da produção dos fâscadores de 5% do total em 1879.<sup>17</sup> Apresentamos a evolução da produção de ouro segundo as fontes coligidas por Libby ao lado das estimativas fornecidas por outro autor, Adolf Soetbeer.<sup>18</sup> Segundo Slenes os dados de Soetbeer são “mais fidedignos que as cifras de Henwood” por seu “maior detalhamento nos dados, apresentados por década ou quinquênio” (SLENES, 1988, pp. 491-492). Mas os dados de Henwood (por empresas, 1820-60), Ferrand (Imperial Brazilian, 1826-56, e por empresas, 1860-93) e Libby (Saint John d’El Rey, 1835-1885) são complementares entre si e, ao contrário do que diz Slenes, são mais detalhados, por fornecerem a produção por companhia mineradora. Os dados da produção de ouro coligidos por Libby fornecem variações anuais não captadas pela série de Soetbeer (vide gráfico 4).

**Gráfico 4.** Produção de ouro em Minas Gerais, 1820-1893 (quilos)



Em 1839-1884, a produção média anual de ouro segundo Soetbeer foi 32,6% maior que segundo diversas fontes (Libby). Robert Slenes (1988, pp. 491-492) admite que “é possível que as estimativas de Soetbeer referentes à produção de ouro sejam altas demais (...) Em todo caso, mesmo que o valor do ouro extraído fosse somente 66% das estimativas de Soetbeer que utilizei (...) não modificaria as conclusões deste ensaio”. Na falta de evidência de fidedignidade dos dados de Soetbeer, optamos por utilizar a série conforme os dados de Libby.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> ESTATÍSTICA da produção de ouro na Provincia de Minas Geraes no anno de 1879. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, 1, 1881, p. 168, *apud* LIBBY, 1988, p. 271. Esta percentagem é muito pequena quando comparada à participação de “outras minerações nacionais e fâscadores” em 1820-1860, estimada em 46,5% por Henwood.

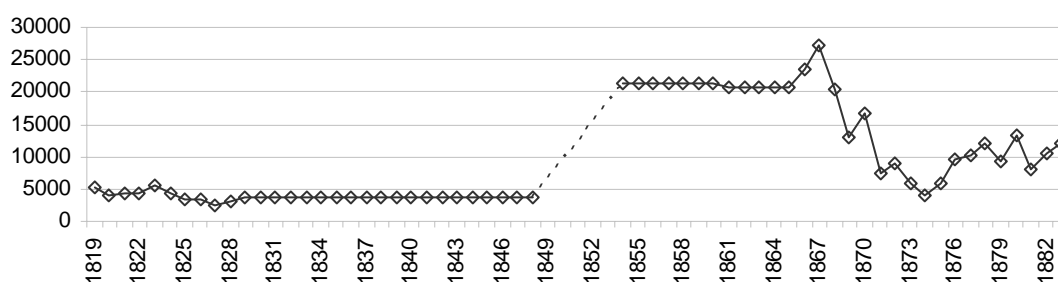
<sup>18</sup> SOETBEER, Adolf. *Edelmetall: Productin und Werthverhältoris Zwischen Gold und Silber*. Gotha: 1879, p. 92, *apud* NORMANO, 1975, p. 47.

<sup>19</sup> Segundo Normano (1975, p. 47, nota 44), Soetbeer “baseia as suas cifras nas estimativas de von Humboldt e tentativas semelhantes”, provavelmente as estimativas de Eschwege até 1820.

Para a exportação de diamantes as informações são mais esparsas. Para o período até 1827 há as cifras referentes à exportação da demarcação diamantina (CALÓGERAS, 1904-1905, pp. 322-324). Acrescemos a estimativa de contrabando do Barão de Eschwege (1944, Vol. II, pp. 188-191), calculada em duas vezes a quantidade oficial. Na década de 1820 desenvolvia-se o comércio ilegal, ao mesmo tempo em que decaíam os meios de fiscalização.<sup>20</sup> Lei de 25 de outubro de 1832 extinguiu o monopólio régio. Sob a legislação para o livre meneio das lavras foram descobertos grandes depósitos de diamantes em Minas Gerais a partir de 1850.<sup>21</sup>

Segundo Francis Castelnau (2000, p. 342), os diamantes extraídos em Minas Gerais entre 1825 e 1849 regularam em média em 18 mil quilates por ano. Para os períodos 1854-61, 1861-67 e 1867-76, outra fonte fornece exportações médias anuais no porto do Rio de Janeiro.<sup>22</sup> Para o período 1876-84, assumimos como exportação mineira 67,70% da brasileira, que é a proporção das exportações mineiras em 1867-76 em relação à brasileira fornecida por Pandiá Calógeras (1904-1905, pp. 329-330) a partir dos dados dos “relatórios do ministério da Fazenda até 1889”.

**Gráfico 5.** Produção/exportação de diamantes de Minas Gerais, 1818-1884 (gramas)



Ressaltamos que as estimativas são precárias. Sebastião Ferreira Soares (1865, p. 308) afirmava que “é sabido que as minas de diamantes da província de Minas Gerais produzem o superabundante para satisfazer as despesas, e dar bons lucros aos mineiros inteligentes, porém não se podendo calcular esse valor por falta de dados, nada direi a respeito.” As cifras oficiais subestimam a exportação real, devido ao contrabando; mas havia pedras revendidas no mercado interno que nunca foram exportadas (CALÓGERAS, 1904-1905, pp. 327, 329).

<sup>20</sup> Em 1821 o viajante Alexander Caldcleugh anotou que “há fortes razões para se suspeitar que se não se colocar nenhum obstáculo, dada a facilidade com que são obtidos, a produção de diamantes brasileiros, tão bons quanto os orientais, terá um efeito considerável na demanda.” (CALDCLEUGH, 2000, pp. 61-62)

<sup>21</sup> A localização das Inspetorias dos diamantes indica a distribuição geográfica da produção de Minas Gerais em 1862/63: Diamantina, Serro, Conceição, Grão Mogol, Patrocínio e Uberaba (GERBER, 1863, p. 31).

<sup>22</sup> “Computed from several Relatorios da Fazenda, by Luis Correa do Lago”, *apud* MARTINS, 1980, p. 83. Fizemos variar as exportações do porto do Rio de Janeiro em 1867-76 conforme a variação das exportações brasileiras totais no período, fornecidas por Calógeras. Segundo Martins (1980, p. 83), “as exportações [de diamantes] através do Rio de Janeiro são provavelmente uma boa aproximação das exportações de Minas Gerais”; segundo Slenes (1988, p. 492), “provavelmente também houve remessas significativas de diamantes mineiros pela Bahia”. Os dados sobre a exportação de diamantes pelo porto de Salvador em meados do século não discriminam a origem e a Bahia era também um produtor importante (cf. CALÓGERAS, 1904-1905, pp. 327-329).

## 2. Os preços

Os preços nominais utilizados para o cálculo do valor das exportações mineiras são apresentados na seção 2.1. A construção de um índice deflator para comparar variações no tempo para os valores de um produto ou de um conjunto de produtos é apresentada na seção 2.2.

### 2.1. Estimativas dos preços nominais

As exportações mineiras de 1819 e 1828 foram calculadas ao “preço ínfimo do mercado”, conforme o decreto geral de 21/5/1825 que mandava cobrar os dízimos sobre o “preço corrente dos gêneros a ele sujeitos” (cf. TESSITORE, 1995, p. 150; ESCHWEGE, 1899, pp. 748-749; APM, PP 1/6, cx. 1, doc. 18). Para a cobrança da taxa de exportação foram publicadas pautas anuais em 1839, 1840 e 1841.<sup>23</sup> Os preços oficiais de 1841 para valer em 1842 perduraram até 1859, quando houve desastrada correção para compensar a inflação acumulada na década de 1850.<sup>24</sup> A utilização dos preços oficiais correntes fornecidos pela fonte gera graves distorções, como a falsa percepção de incremento repentino e a pouca diferenciação dos preços relativos. Veremos que a pauta de 1860 foi “a primeira que nivelou a avaliação aos preços correntes do mercado” (RIBEIRO, 1883, p. 22). Ainda que os preços da pauta de 1860 sejam boas aproximações dos preços relativos neste ano, não o são para os preços relativos da década de 1840.<sup>25</sup> Após 1860 foram publicadas novas pautas em 1871, 1876 e 1884. Estas pautas mantiveram aquela como base e apresentaram inúmeras isenções, à vontade do legislador em desonerar as exportações.<sup>26</sup> Os preços da pauta de 1860 foram formados com base em pesquisa de preços de mercado, conforme ofício do Inspetor da Mesa de Rendas:

“Em o ano passado [1859] se lhes impôs [aos preços oficiais] uma pequena avaliação, estabelecendo-se uma estimativa muito inferior ainda aos preços ordinários do mercado [...] Assim pois, determinei a organização das duas pautas que tenho a honra de sujeitar à deliberação de V. Exc. Em uma se observam os preços computados na razão do duplo da pauta primitiva [de 1841] [...]; em outra são eles calculados em

---

<sup>23</sup> A primeira pauta de preços oficiais para a cobrança da taxa de exportação acompanhou a lei nº154 de 1839 e tinha 51 produtos; a mesma lei explicitava que outros 6 eram isentos. A pauta de 1840 ajustou os preços de 11 produtos, 8 para mais, 3 para menos; acrescentou 19 produtos, retirou 2 da lista (por omissão; retornariam na pauta de 1841); a lei ainda isentava outros 5 itens não citados no orçamento anterior. A pauta de 1841 aumentou os preços de quatro e acrescentou outros seis produtos. Esta pauta, com setenta e seis itens, permaneceria inalterada até 1859.

<sup>24</sup> A pauta de 1859 contava com 82 itens, dos quais 7 mantiveram a avaliação de preços, 56 aumentaram em 50% e 12 em diferentes proporções. Esta pauta aumentou os preços na tentativa de acompanhar a inflação, porém manteve as antigas relações de preços entre os produtos. Esta pauta serviu de julho de 1859 a dezembro de 1860.

<sup>25</sup> A pauta de 1860 aumentou os preços oficiais em 146% em relação a 1841 (média ponderada pelas exportações em 1859/60). Entre as pautas de 1841 e 1860 destacam-se, num extremo, os ajustes de feijão (300%), couros (275%), bois e toucinho (200%); noutro, os ajustes de derivados de algodão como mantas e redes (0%), panos e toalhas (25%), colchas (50%) e algodão em rama (87,5%). Ou seja, a utilização da pauta de 1860 tende a superestimar ou subestimar a participação de alguns produtos no valor total exportado na primeira metade do século XIX.

<sup>26</sup> A pauta de 1871 introduziu o sistema métrico-decimal e ajustou os preços em 10% (média não ponderada; seis produtos mantiveram a avaliação). A de 1876 isentou 24 e acrescentou 20 itens, com ajuste médio de 6% para os 62 restantes. A de 1882 isentou 43 e adicionou 2, com ajuste médio de 8% negativo, sendo que preços de 24 itens foram mantidos, 14 reduzidos e apenas 1 foi aumentado.



relação aos valores com que aparecem os diversos gêneros atualmente no mercado. Esta me parece a preferível, por ser a que repousa sobre base mais sólida e razoável”. (Ofício do Inspetor da Mesa de Rendas ao Presidente da Província, 15/10/1860, *apud* RIBEIRO, 1883, p. 21)

A pauta de 1860 é um bom conjunto de preços, pois, além de ajustar os preços relativos dos produtos, os aproxima dos níveis correntes. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo para pautas de 1839, 1840 e 1841; felizmente, podemos fazer esta asserção porque possuímos boas informações dos preços vigentes no mercado interno mineiro em 1839/40. O *Mappa demonstrativo dos preços* consiste em tabela manuscrita contendo informações dos preços dos 51 produtos da primeira pauta de exportações mineiras em 19 pontos da província, elaborado pela Contadoria Provincial e datada do janeiro de 1840.<sup>27</sup> A defasagem média, não ponderada, dos preços oficiais de 1839 para os do *Mappa* de 1840 é de 49%. A pauta de preços oficiais de 1839 foi revista em 1840 e dito *Mappa* pode ter sido utilizado como argumento para ajuste dos preços oficiais. Preços pouco defasados foram ajustados e outros muito defasados não.<sup>28</sup> Revelam-se as intenções do legislador em onerar algumas exportações em prol dos cofres públicos e proteger outras. Ou seja, os preços do *Mappa* de 1840 refletem mais precisamente os preços de mercado que os preços das pautas oficiais.

Assumimos que os preços médios fornecidos pelo *Mappa demonstrativo dos preços* são tão bons para revelar o nível geral dos preços e os preços relativos no mercado mineiro na década de 1840 quanto os preços da pauta de 1860 para a década de 1860. Adotamos os preços do *Mappa* de 1840 para avaliar o volume exportado na década de 1840, tal como os preços da pauta de 1860 para avaliar o volume exportado na década de 1860. Os preços de mercado em 1840 e 1860 são as balizas para a série de preços construída. De modo a minimizar o problema de deduzir elevação ou queda de preços comparando dois anos distantes, sem saber como os preços se comportaram entre ambos, e induzir variações anuais dos preços durante todo o período, inclusivamente para os períodos de relativa estabilidade do conjunto de preços, a interpolação dos preços entre 1840 e 1860 foi ponderada pela variação anual dos preços nominais de onze gêneros da produção mineira, observados em São João Del Rei.<sup>29</sup> Expandimos esta metodologia para o período posterior a 1860, utilizando os preços da pauta de 1875 como baliza para a interpolação dos preços entre 1860 e 1884. Para os produtos que compõem o índice

---

<sup>27</sup> APM, Tabelas da Mesa de Rendas Provinciais, Volume 1A, “Mappa demonstrativo dos preços por que se vendem nos pontos da Província abaixo declaradas os generos de exportação sujeitos ao Imposto de 3 e 6%”. Contadoria da Fazenda, 14 de Janeiro de 1840. O Contador – Manoel Teixeira de Sousa.

<sup>28</sup> Dos 8 produtos cujos preços foram reavaliados entre as pautas de 1839 e 1840, 5 estavam dentre os 8 com maior diferença percentual entre o preço oficial e o preço médio do *Mappa* de 1840; dentre os 10 preços oficiais de 1839 mais defasados, 7 foram ajustados nas pautas publicadas em 1840 ou 1841.

<sup>29</sup> Conforme pesquisa dos preços praticados pela Santa Casa de Misericórdia desta cidade entre 1814 e 1905, de Afonso Alencastro Graça Filho (2002, pp.161-174). Agradecemos ao autor por gentilmente ceder os dados brutos de preços nominais anuais.

de São João Del Rei, não utilizamos os preços calculados por interpolação, mas sim os preços observados naquele mercado.<sup>30</sup> Para os produtos derivados ou similares aos componentes do índice, calculamos a variação média do índice geral e do similar.<sup>31</sup> Não aplicamos a metodologia aos gêneros de exportação internacional – para café, fumo e algodão foram adotados os preços anuais médios nas alfândegas (IBGE, 1939/40, pp. 1377-1378).<sup>32</sup>

Também procuramos por informações sobre os preços de mercado do ouro e diamantes. Em 1819 o preço oficial do ouro do ouro era de 1\$200 réis por oitava em Minas Gerais e 1\$500 réis por oitava no Rio de Janeiro.<sup>33</sup> Escrevendo entre 1831 e 1837, o General Cunha Mattos (1981, Vol. 2, pp. 221-222), advertia que

“ainda que o ouro fosse recebido nas casas de fundição a 1\$200 réis a oitava até ao dia em que se pôs em observância a lei de 26 de outubro de 1827, não se deve concluir que nos mercados da província [de MG], ou em transações particulares, tivesse aquele valor. (...) O ouro ficou considerado abertamente como mercadoria desde que os portos do Brasil foram abertos a todas as nações amigas do povo brasileiro. A afluência dos estrangeiros, ou os interesses comerciais, aumentaram a demanda do ouro e com ela o seu valor, que tem ido em crescimento até o ponto de se vender cada oitava desde 1\$800 a 3\$600.”

Assumimos o preço médio de 2\$700 réis por oitava em 1819 e 1828. Para o período 1839-78 utilizamos o preço médio anual do ouro vendido pela St. John d’el Rey Mining Company no período 1838-78 no mercado do Rio de Janeiro, ou de Londres na falta deste dado para o Rio (LIBBY, 1984, p. 150).<sup>34</sup> Para o período pós-1878 utilizamos os preços da barra de ouro no mercado inglês (OFFICER, 2002).

Em 1819 o preço oficial do diamante era 8\$000 por quilate, mas o cálculo do valor baseado no preço oficial corrente da produção da Real Extração é uma estimativa mínima, pois “o valor da pedra pode subir dez ou mais vezes quando o peso é superior a um quilate, dobrando-se possivelmente o valor da exportação total”.<sup>35</sup> Em 1862/63 o preço do diamante no mercado mineiro variou de 440 a 480\$000 réis por oitava, ou 24\$417 a 26\$637 réis por quilate (GERBER, 1863, p. 32). Utilizamos informações para 1819 e 1862 como balizas. Interpolamos

---

<sup>30</sup> Compõem o índice: carne verde, toucinho, banha, galinha, arroz pilado, milho, feijão, fubá, açúcar, azeite de mamona e farinha de mandioca. Em 1839/40 os preços médios destes gêneros na Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei eram em média 18% mais elevados que no *Mappa Demonstrativo dos preços* de 1839/40.

<sup>31</sup> Por exemplo: açúcar para aguardente e rapadura; arroz pilado para arroz com casca; farinha de mandioca para polvilho; milho e fubá para farinha de milho; toucinho e banha para suínos; carne verde para bovinos e queijos; etc.

<sup>32</sup> Para os derivados ou similares aos reexportáveis, calculamos a variação média conforme o índice geral e o do similar: fumo em rama para cigarros, fumo em folha, fumo picado, fumo pixuí, mel de fumo e tabaco preparado; e algodão em pluma (em rama) para algodão com caroço e derivados de algodão.

<sup>33</sup> Depois de quintado e fundido; para o ouro em pó, cuja circulação só era permitida em Minas Gerais, fazia-se o desconto da quintagem.

<sup>34</sup> Os dois preços estavam muito próximos na maioria dos anos e variaram de £38.9s.2d em 1840 a £42.1s.10d em 1875 por libra-troy, com clara tendência ascendente. A libra-troy, ou libra-peso, equivale a 373,24 gramas.

<sup>35</sup> Advertência de ESCHWEGE, 1844, vol. II, pp. 189-190. Segundo Caldcleugh (2000, p. 61), quanto maior a quantidade exportada maior a proporção de pedras grandes, aumentando o valor imensamente. Além do quilate por pedra, o preço é composto por variáveis subjetivas como cor, transparência, uniformidade, simetria e lapidação.

com variação anual conforme o câmbio da libra esterlina e para 1862-84 adotamos o preço de 1862 como médio do período, também variando conforme o câmbio da libra esterlina. Uma vez que o preço oficial válido até 1827 era muito abaixo do mercado, para 1819 assumimos o preço observado em 1828 conforme a metodologia explicitada (16\$489 réis por quilate).

## 2.2. Índices de preços

A construção do índice de preços se justifica para obter um deflator para a série de exportações em valores nominais. Interessa o crescimento real das exportações e para isso construímos um índice de quantum de base móvel, que calcula para cada produto o crescimento do valor produzido a preços do ano anterior ponderado pela importância que o produto em caso teve na pauta do ano anterior, ou seja,

$$(Q_t/Q_{t-n})^{(1/n)} = \sum_i \{[(P_{it-n} \cdot Q_{it-n}) / P_{it-n} \cdot Q_{it-n}]^{(1/n)} \cdot [(P_{it-n} \cdot Q_{it-n}) / \sum_i (P_{it-n} \cdot Q_{it-n})]\}, \text{ onde}$$

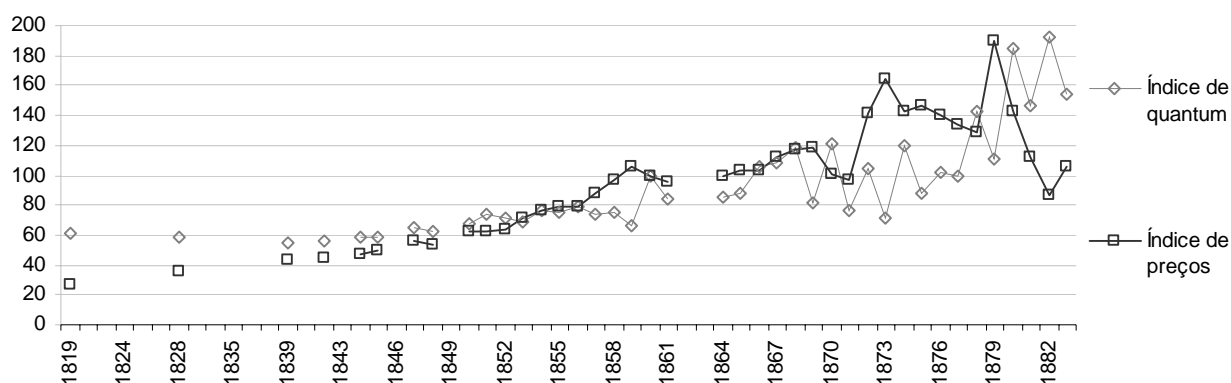
$P_{it}$  = preço do bem  $i$  no ano  $t$ ;

$Q_{it}$  = quantidade do bem  $i$  no ano  $t$ ; e

$n$  = intervalo de anos entre o ano  $t$  e a observação anterior, para o caso de períodos com  $n$  anos e supondo crescimento anual constante.

O índice encadeado  $(Q_t/Q_{t-1}) \cdot (Q_{t-1}/Q_{t-2})$  tem a vantagem suavizar o problema de mudanças estruturais na composição das exportações. O índice de preços sai de forma implícita dividindo os valores de cada ano pelo índice de quantum encadeado.<sup>36</sup>

**Gráfico 6.** Índices de quantum e de preços das exportações mineiras totais, 1819-83 (1860=100)



Os resultados podem ser observados no gráfico 6. Como vimos na seção 1, as quantidades exportadas são crescentes entre 1839 e 1852. Entre 1852 e 1859 há estagnação, porém as exportações de café estão sub-registradas.<sup>37</sup> A partir de 1860 as variações das quantidades seguem as safras do café mineiro. O índice de preços das exportações mineiras é

<sup>36</sup> Agradecemos a Eustáquio Reis do Projeto Nêmesis pelas sugestões na construção do índice.

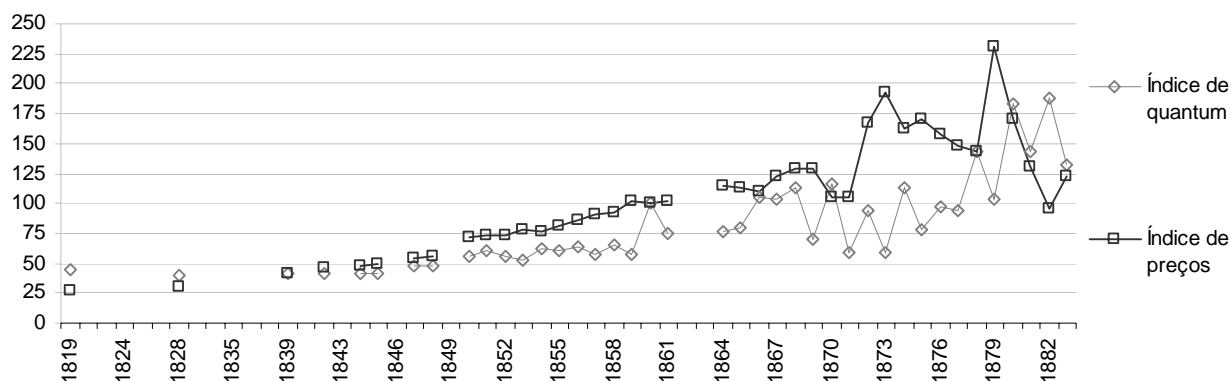
<sup>37</sup> Devido ao convênio com o Rio de Janeiro. Em 1854-59 o sub-registro do café é estimado em 32,6%. O sub-registro era menor nas rotas principais, as estradas do Paraíba e de Mar de Espanha a Magé, com 8%. Nos caminhos mais a oeste, através do rio Preto e que serviam às estradas do Presidente Pedreira e do Comércio no Rio de Janeiro, o sub-registro atingia 60%, e nos caminhos mais a leste, para São Fidélis e Campos, superava 4.700% (q.v. RESTITUTTI, 2006, pp. 288-292).

crescente até 1859; a partir de então o preço de exportação do café ganha relevância na ponderação e as flutuações observadas refletem suas variações.

Para a análise ulterior distinguimos três categorias de gêneros e calculamos suas respectivas evoluções de índice de quantum e de preços: bens internacionais ou que participam do comércio exterior; bens domésticos ou comercializados nacionalmente; e bens locais, ou seja, comercializados exclusivamente em mercados locais. Essa classificação não é precisa, pois as categorias não são rigorosamente delimitadas e imutáveis. Por exemplo, condições específicas transformam um produto doméstico como o algodão em produto comercializável internacionalmente. O mesmo poderia ocorrer com outros produtos no âmbito do mercado doméstico, ou seja, transitando de bem local para bem exportável ou importável interprovincialmente. Ou então, em algumas localidades ou áreas mais próximas à fronteira um determinado produto como milho ou feijão poderia ser objeto do comércio interprovincial mas não em localidades mais distantes das fronteiras. Nesse caso tratar-se-ia, na verdade, de um bem local que por problemas de mensuração está sendo classificado como bem comercializável.

Para os “bens internacionais” o preço no Rio de Janeiro seria igual aos preços dos mercados internacionais, acrescidos dos custos de tarifas, fretes e seguros. Nessa categoria incluem-se ouro, diamante, café, fumo em rolo, algodão em rama e farinha de trigo.

**Gráfico 7.** Índices de quantum e de preços das exportações de bens internacionais, 1819-83 (1860=100)

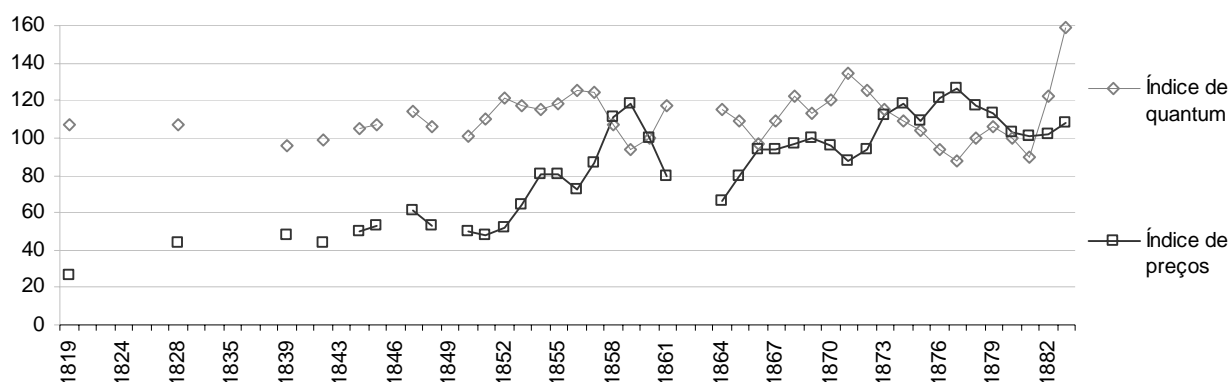


O quantum de exportações internacionais superou o nível de 1819 tão-somente a partir de 1847. No primeiro ano as condições favoreciam as exportações de algodão e nas 3 décadas seguintes aumentaram as exportações de fumo e café. Na década de 1850 as novas descobertas de diamantes ajudaram a elevar o patamar das exportações mineiras. Há regressão e instabilidade na década de 1870. Entre 1868 e 1874 a produção de ouro da St. John d’El Rey foi severamente interrompida, devidos a desastres nas minas, e no mesmo período regredia a exploração diamantífera. Entretanto justamente a partir de meados da década de 1870 a expansão da malha ferroviária facilitava o escoamento do café e em 1880 a superprodução derrubava os preços.

Para os “bens domésticos” os preços locais seriam iguais àqueles vigentes no Rio de

Janeiro, deduzidos dos custos unitários de comercialização. Nessa categoria encontramos os produtos de alto valor específico e custos de transportes relativamente por unidade de valor relativamente baixos, ou produtos com vantagens absolutas ou relativas nos custos de produção. É o caso dos panos grossos e outros derivados de algodão; couros crus e preparados e seus derivados; gado bovino e queijos; gado suíno e toucinho; gado muar, eqüino, ovino e caprino; pedras preciosas exceto diamante; sal, salitre e pólvora; produtos manufaturados em geral como tabaco de corda, aguardente, marmeladas, doces, arroz pilado, farinha de milho e polvilho.

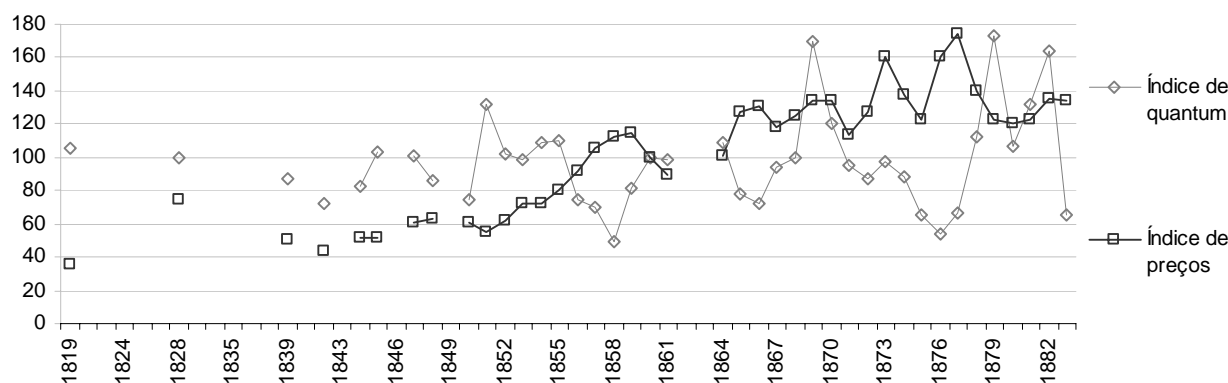
**Gráfico 8.** Índices de quantum e de preços das exportações de bens domésticos, 1819-83 (1860=100)



Há notável estagnação das exportações para o abastecimento interprovincial. Para que a exportação não fosse lucrativa seria necessário que os preços vigentes nos mercados locais acrescidos dos custos unitários de comercialização interprovincial (frete e taxação) fossem maiores do que os preços vigentes nos mercados nacionais de destino. Apesar do mercado consumidor da produção mineira incluir também Bahia, São Paulo e Goiás, os preços vigentes no Rio de Janeiro podem ser considerados como representativos do mercado nacional devido à sua dimensão e importância relativa como destino das exportações mineiras.

A exportação de bens locais era tautologicamente muito reduzida. Suas maiores participações nas exportações a valores nominais foram registrados em anos de excepcionais remessas de açúcar, milho e feijão somadas a constantes carregamentos de galinhas.

**Gráfico 9.** Índices de quantum e de preços das exportações de bens locais, 1819-83 (1860=100)



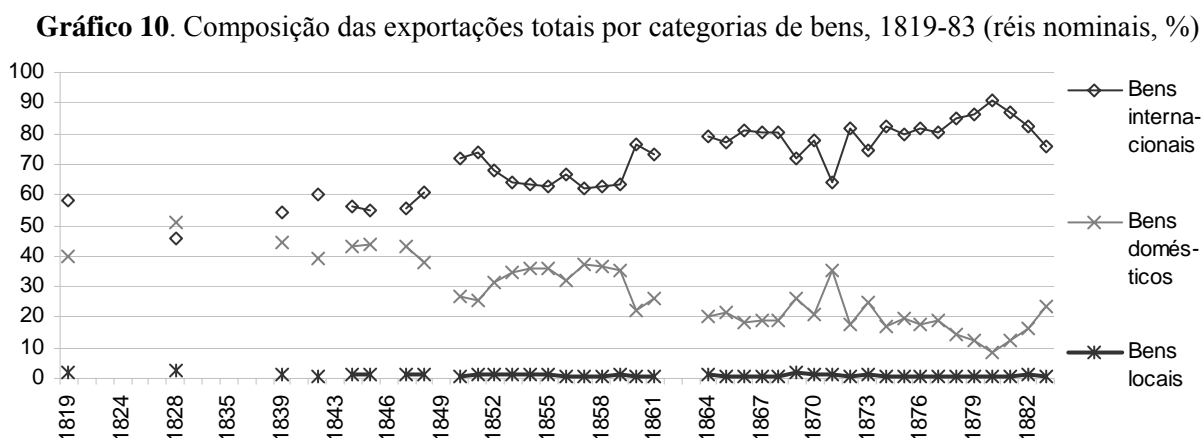
Para os “bens locais”, supondo-se mercados locais competitivos, os custos de produção são iguais aos preços. São bens locais todos aqueles de ampla produção nos mercados regionais mineiros e em províncias vizinhas, ou bens de baixo valor específico e conseqüente alto custo de transporte por unidade de valor, ou ainda bens perecíveis. O preço dos bens locais não dependeria dos preços vigentes nos demais mercados nacionais, mas simplesmente das condições de demanda e oferta no mercado local e vizinhanças. São produtos como, por exemplo, milho, feijão, arroz com casca, algodão com caroço, açúcar e rapadura, pedras e cristais, materiais para construção, raízes e ervas, galinhas, aves em geral, ovos, leite, frutas, etc.

### 3. O valor das exportações mineiras

A composição das exportações mineiras entre 1818 e 1884 é apresentada na seção 3.1. Na seção 3.2 a evolução do volume exportado é analisada em termos *per capita*.

#### 3.1. Composição

Na primeira metade do século XIX o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro era tão importante quanto comércio de gêneros para o mercado internacional (gráfico 10). A metodologia inclui o fumo como bem internacional, porém parte do fumo mineiro ficava retida nas províncias de destino para consumo e provimento das fábricas da capital.<sup>38</sup>



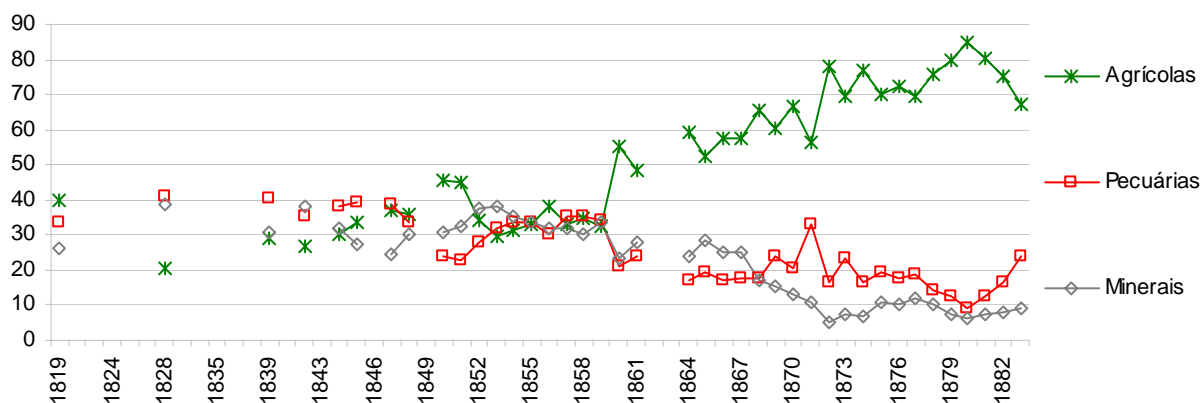
A partir de 1860 as variações típicas das safras de café comandaram o ritmo das exportações mineiras. No entanto, as exportações não cafeeiras nunca deixaram de constituir importante parcela – especialmente os gêneros minerais e originados da pecuária. Segundo Roberto e Maria do Carmo Martins:

<sup>38</sup> A proporção entre a quantidade de fumo enviado de Minas Gerais para as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e o fumo exportado para o mercado internacional nos portos de Santos e da Corte era 79,1% em 1815-23, 41,7% em 1842-45 e 33,5% em 1872/73. A proporção era descendente e a quantidade era ascendente. As exportações de fumo de Minas para São Paulo e Rio de Janeiro cresceram de 1.123 toneladas anuais em 1815-23 para 2.164 toneladas anuais em 1842-45 e 5.364 toneladas em 1872/73. (q.v. RESTITUTTI, 2006, pp. 223-232)

“O *boom* cafeeiro pouco teve a ver com a vida econômica da província. Durante todo o império ele permaneceu confinado a uma pequena faixa da Zona da Mata. (...) A região cafeeira não representava no final do período mais do que 4% do território provincial. O desempenho dos produtos não-cafeeiros é muito mais representativo do resto da província”. (MARTINS & MARTINS, 1982, pp. 5-6)

Argumentavam os Martins que se as exportações de café estavam restritas à Mata e as demais exportações caracterizavam a economia mineira provincial, então as exportações de origem pecuária constituíam a maior parcela. Mas as exportações minerais também compunham uma parcela relevante. A composição das exportações mineiras conforme a origem agrícola, pecuária e mineral pode ser observada no gráfico 11.

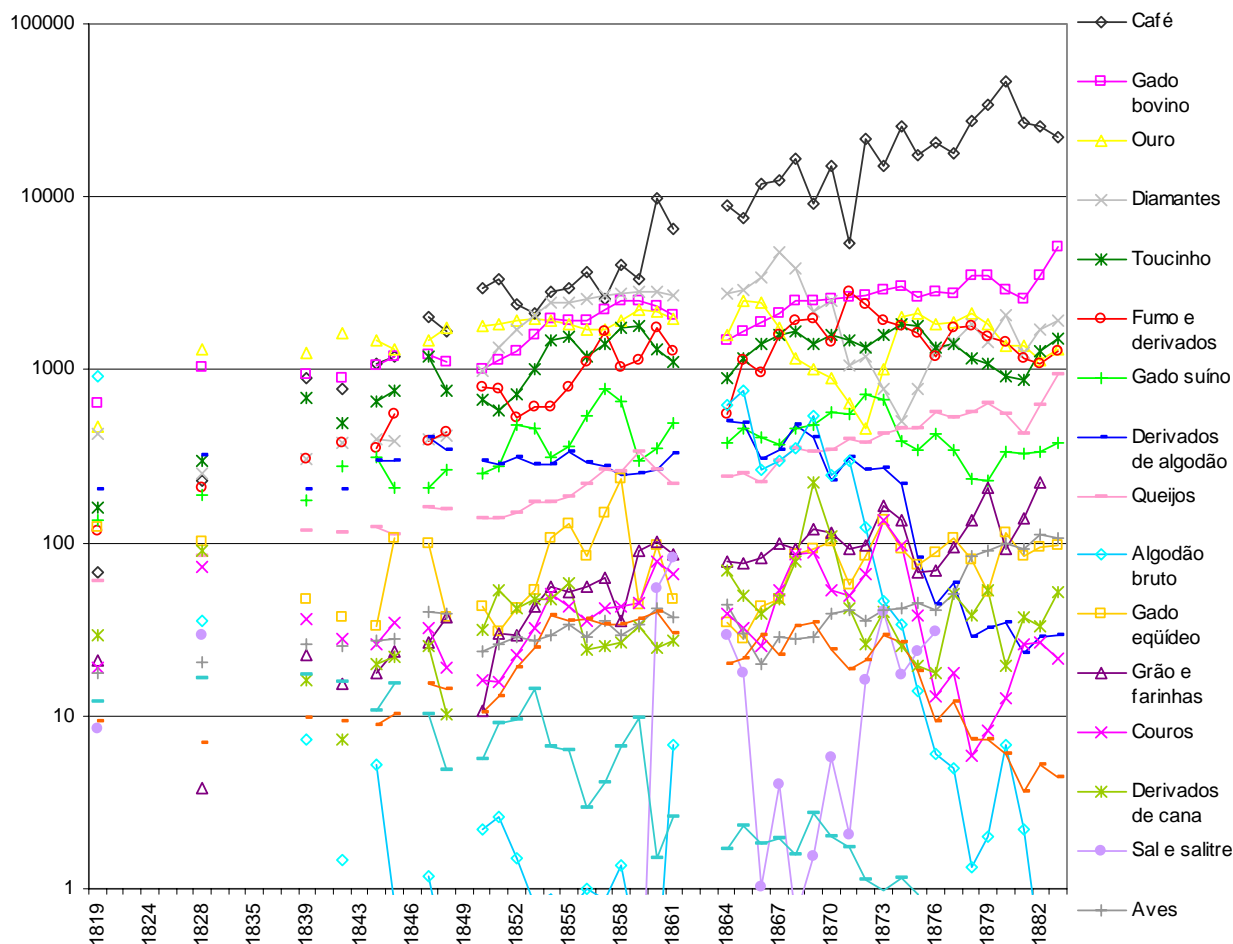
**Gráfico 11.** Composição das exportações totais por origem dos produtos, 1819-83 (réis nominais, %)



A adição de ouro e diamantes aumenta o valor das exportações totais em 1818-84 em 23%. Ainda, a pecuária era o setor mais relevante por seus vínculos com o mercado interno. No período 1818-84, as exportações totais exceto café seriam majoritariamente compostas por gêneros pecuários (45%) e minerais (37%). Em oposição ao comércio do café e do fumo cultivados próximos à fronteira, a pecuária e a mineração caracterizam o setor mercantil interprovincial ativo no interior de Minas Gerais juntamente com o algodoeiro e a tecelagem caseira, pois do volume exceto café, fumo, ouro, diamantes e pecuária representaram o algodão bruto e os derivados de algodão, respectivamente, 26% e 47% do valor total exportado em 1818-84. Entretanto ouro e diamantes não ativavam o setor de transporte terrestre. Já a condução de bovinos e suínos em pé e o transporte de queijos, toucinho e algodão bruto e manufaturado caracterizam a economia provincial mineira como um todo, pois eram gêneros de grande comercialização no mercado interno provincial. Enquanto a agricultura de alimentos era mercantilizada no pequeno *hinterland* agrário dos centros urbanos mineiros, os produtos de origem animal trafegavam grandes distâncias, conectando os mercados regionais e com a Corte.

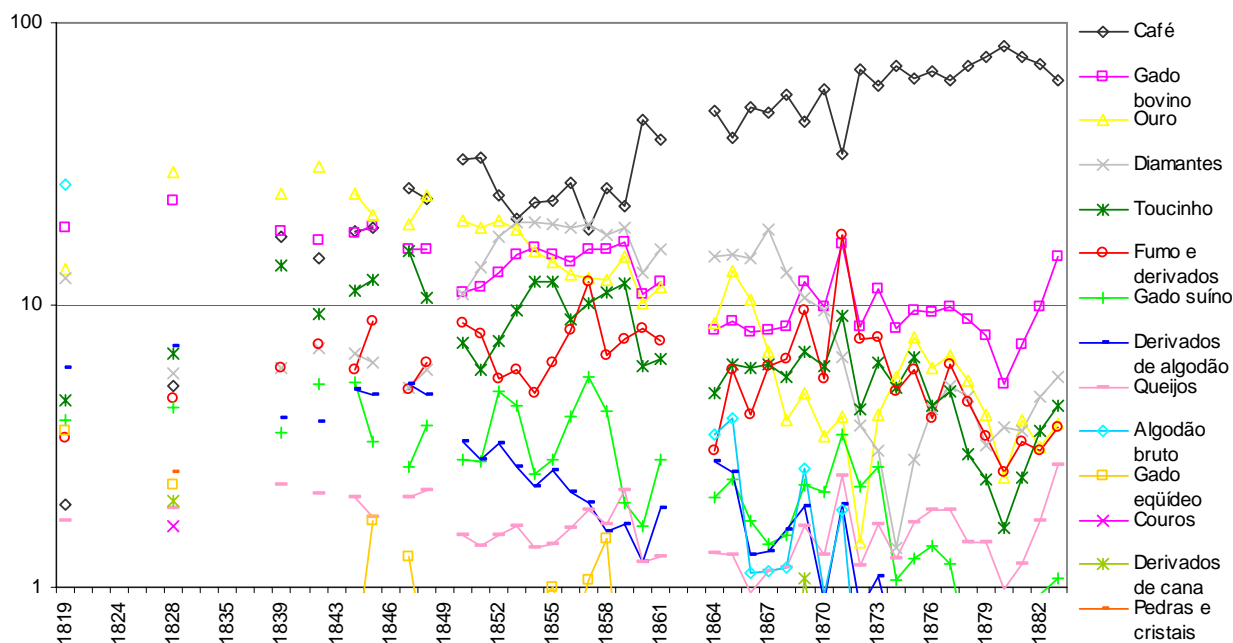
A composição das exportações mineiras por produtos é detalhada nos gráficos 12 e 13. A expansão do café não decretou o fim das demais exportações. Houve redução nas importantes exportações de ouro e diamantes, por esgotamento das minas existentes e falta de progresso das técnicas de exploração, e de panos grossos de algodão, por concorrência da fábrica.

**Gráfico 12.** Exportações mineiras por produtos, 1819-83 (contos de réis nominais)



**Obs.** Os produtos listados representaram mais de 99,9% do valor exportado em 23 dos 40 anos. Representaram menos de 99,7% tão-somente em 1828, quando a exportação de ametistas foi de 112 contos de réis ou 2,54%.

**Gráfico 13.** Composição das exportações mineiras por produtos, 1819-83 (réis nominais, %)



**Obs.** Estão listados tão-somente os produtos que representaram ao menos 1% das exportações num dado ano.

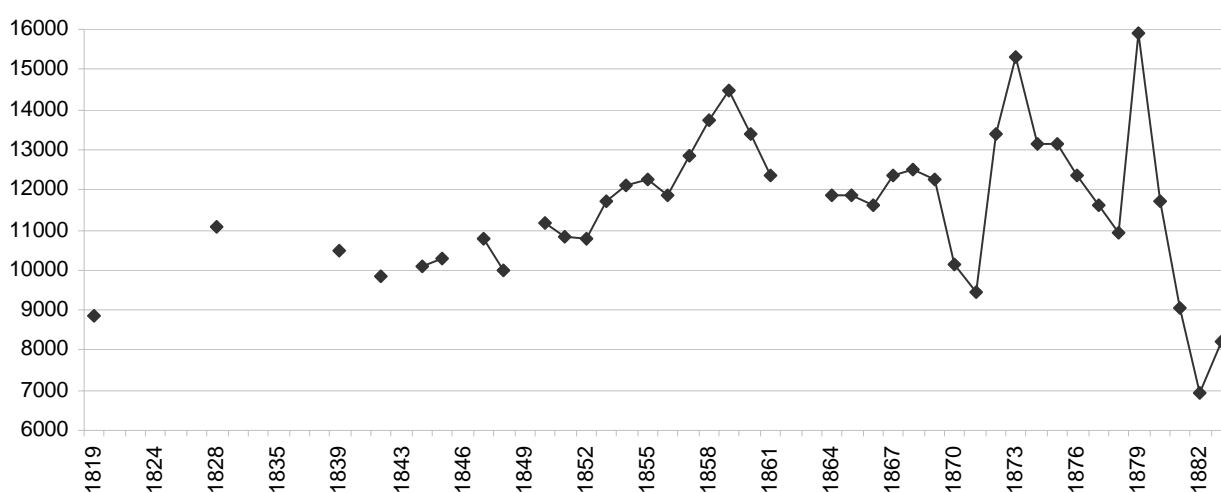


As exportações de fumo e dos principais gêneros da pecuária (bovino, suínos e seus respectivos derivados queijos e toucinho), cujas antigas técnicas de produção pouco evoluíram no período, permaneceram competitivos no mercado interprovincial e continuaram a serem exportados em grandes quantidades, mesmo que suas participações no total fosse decrescente devido ao maior crescimento do café. Muitos gêneros aumentaram sua exportação concomitantemente ao incremento cafeeiro, alguns inclusive aumentando sua participação nas exportações totais entre as décadas de 1820 e 1850, como fumo, gado suíno, toucinho, ouro e diamantes. No período 1870-84 especialmente fumo e queijos tanto participavam das exportações quanto no período 1818-70.

### 3.2. Exportações *per capita*

As exportações de Minas Gerais aumentavam em volume, mas a população da província também crescia. Diversas publicações de Roberto Martins, Maria do Carmo Martins, Amílcar Martins Filho e Robert Slenes incorporam as estimativas populacionais de Minas Gerais à análise das exportações, a fim calcular as exportações mineiras *per capita* e compará-las aos movimentos das exportações brasileiras *per capita* (MARTINS, 1980, pp. 258-285; MARTINS & MARTINS, 1982, pp. 4-7; MARTINS FILHO & MARTINS, 1983, pp. 556-565; SLENES, 1983, pp. 574-575; MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, pp. 135-145 SLENES, 1988, pp. 468-489). Reproduzimos o exercício à série completa deflacionada (gráfico 14).

**Gráfico 14.** Exportações mineiras totais *per capita*, 1819-83 (em réis de 1860)



Utilizamos as estimativas populacionais para Minas Gerais de 621.885 habitantes em 1819 segundo o Conselheiro Velloso e 718.191 em 1833 (1831/35) segundo Clotilde Paiva (1996, pp. 47-75), e os dados dos censos populacionais para Minas Gerais de 2.256.153 em 1872/73 e 3.184.012 em 1890 (PUNTONI, 1998). Estimamos a população nos demais anos através de interpolação geométrica. Devido aos problemas metodológicos envolvidos nas

estimativas populacionais, o cálculo *per capita* das exportações mineiras não é conclusivo.<sup>39</sup>

As observações pontuais em 1819, 1828 e 1839 não permitem concluir sobre a tendência neste período, mas a série das exportações é bastante completa a partir de 1839. O valor deflacionado das exportações mineiras *per capita* era crescente em meados do século XIX. Em 1842-52 aumentavam as quantidades exportadas dos principais produtos e em 1852-60 aumentava o valor destes bens. As exportações *per capita* estagnaram na década de 1860, quando a conjuntura de crise econômica internacional, de guerra do Paraguai e de inflação (por incremento dos meios de pagamento sem um correspondente aumento da produtividade, cf. LUZ & PELAEZ, 1972, pp. 280-287) afetou tanto as exportações mineiras para o mercado internacional quanto para o mercado doméstico. As exportações mineiras *per capita* recuperaram na década de 1870, com muita instabilidade conforme as safras e flutuações do preço do café. Finalmente, em princípios da década de 1880 as exportações *per capita* regrediram para níveis inferiores ao observado em 1819, porém não podemos confirmar a tendência sem estender a análise para anos posteriores.<sup>40</sup>

Em princípios da década de 1980 os debatedores compararam as exportações *per capita* mineiras às brasileiras. Mas as exportações brasileiras comportam majoritariamente gêneros de exportação a mercados internacionais enquanto as exportações mineiras referem-se também ao abastecimento terrestre. Os dados das exportações brasileiras não incluem a navegação de cabotagem e qualquer comércio interprovincial terrestre, tornando-os impróprios para a comparação com Minas Gerais. Não existem ou desconhecemos informações tão completas das exportações interprovinciais de bens domésticos das demais províncias quanto existem para Minas. De modo que comparamos tão-somente as exportações mineiras de bens internacionais às exportações brasileiras para o exterior. Os resultados estão apresentados no gráfico 15.<sup>41</sup>

Entre 1819 e 1883 o valor nominal das exportações mineiras para o mercado internacional esteve sempre abaixo das exportações brasileiras em termos *per capita*; em 1819 representava 83,2% das exportações brasileiras e superou este índice tão-somente em 1880 (99,1%). Devido aos problemas sobre os volumes exportados e as populações estimadas, a análise do índice das exportações mineiras não pode ser conclusiva.

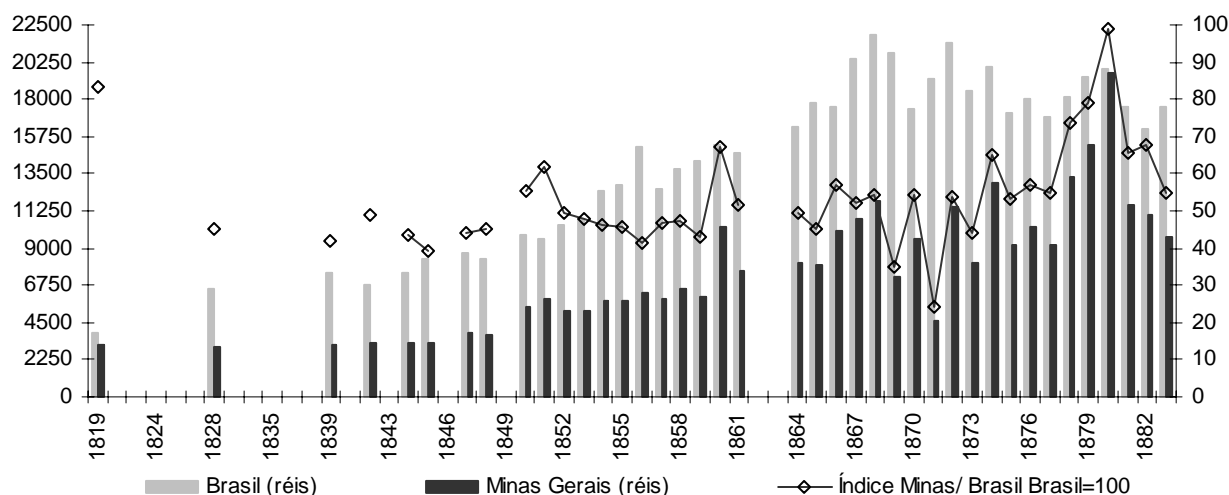
---

<sup>39</sup> A estimativa para 1819 é precária e outras fontes sugerem dados diversos. Para uma crítica completa à fonte do Conselheiro Velloso, vide PAIVA, 1996, pp. 16-18.

<sup>40</sup> Existem informações parciais das exportações mineiras para 1884-87 (tão-somente dos principais produtos) e informações completas para o período 1888-92 (Cf. MARTINS & MARTINS, 1982).

<sup>41</sup> Para o cálculo das exportações *per capita* do Brasil, utilizamos os dados fornecidos pelo IBGE (1839/40, p. 1358 e <http://biblioteca.ibge.gov.br>). Adicionamos às exportações brasileiras as exportações de ouro de Minas Gerais. Não temos dados suficientes sobre a produção de ouro das outras províncias do Brasil, então utilizamos os parâmetros fornecidos por Slenes (1988, p. 492). Em 1818/19, Minas produziu/exportou 7/9 do ouro do país e a totalidade nos outros anos (assumimos 8/9 em 1828).

**Gráfico 15.** Exportações *per capita*: Brasil e Minas Gerais (réis nominais) e índice Minas/Brasil



Na comparação com o Brasil, a posição de Minas Gerais se enfraqueceu entre 1819 e 1828, com o fim da conjuntura de altos preços do algodão no mercado internacional. Entre 1828 e meados da década de 1870 o índice das exportações internacionais mineiras manteve-se em torno de 50%. Este índice aumentou levemente entre as décadas de 1840 (média de 43,9%) e 1850 (média 48,5%), porém alertamos que as exportações mineiras de café estão subestimadas no período do convênio do café com o Rio de Janeiro (1851-60); o sub-registro do café mineiro é estimado em 33% em 1854-59. O índice das exportações mineiras em relação às brasileiras superou 50% em todos os anos a partir de 1874 (média de 67,0% em 1874-84). Este comportamento foi observado pelos Martins, a despeito de calcularem a evolução *per capita* em valor a preços oficiais de 1860 para todas as exportações interprovinciais mineiras.

“O valor real (valor a preços de 1860) per capita das exportações apresenta marcadamente tendência a declínio e depois à estagnação até o terceiro quartel do século. No final do período observa-se ligeira recuperação, mas ainda insuficiente para recompor o nível de 1818/19: dentre todos os anos analisados em apenas três o valor per capita superou esse nível.” (MARTINS & MARTINS, 1982, p. 6)

Os resultados dependem diretamente do comportamento das exportações *per capita* do Brasil. As exportações mineiras mantiveram a proporção em torno de 50% das brasileiras, ainda que as últimas fossem crescentes entre meados das décadas de 1840 e meados da de 1870, exceto nos períodos de crise em fins da década de 1850 e fins da década de 1860. O ritmo da expansão da cafeicultura em Minas não diferia muito do ritmo da expansão do conjunto de todas as culturas de exportação do Brasil. A partir de meados da década de 1870, as exportações *per capita* do Brasil apresentam tendência declinante. As exportações mineiras per capita também declinavam (vide gráfico 14 acima), mas em ritmo mais lento, pois a partir de meados da década de 1870 flutuam em torno do patamar de 67% das brasileiras (gráfico 15).

Minas provincial tem um desempenho relativamente fraco como economia de exportação, mas não insignificante. O grau de comercialização *per capita* das exportações internacionais mineiras em relação às brasileiras diminuiu na comparação entre 1819 e 1828-75,

mas a economia mineira não se desligou dos mercados externos. O crescimento absoluto e *per capita* das exportações totais mineiras deve-se quase exclusivamente ao café, mas, em termos absolutos, as atividades ligadas ao abastecimento do centro-sul do Brasil permaneceram.

#### 4. Considerações finais

Na Minas provincial conviviam atividades da subsistência, escravistas ou não, e atividades marcadamente escravistas, ligadas ao mercado internacional e ao mercado doméstico brasileiro. A percepção desta amplitude da escravidão guiou o debate de Roberto Martins com Robert Slenes. Martins (1980, pp. 248-327) definiu Minas provincial como uma *economia vicinal*, desligada de mercados externos. Minas provincial seria quase auto-suficiente, mas sua economia era pouco mercantilizada. Argumentou Slenes (1988, *passim*) que as ligações da economia mineira com outros mercados, através do café, da mineração e da pecuária, por ínfimas que fossem, geravam reflexos positivos às tradicionais atividades agropecuárias, reflexos não captados pela análise o fluxo de exportações. A adição de ouro e diamantes às exportações totais compulsadas pelos Martins resultaria em totais *per capita* próximos à média brasileira. A demanda dos setores exportadores teria efeito multiplicador sobre o mercado interno, em decorrência do alto preço das importações.

O complexo agropecuário escravista-mercantil voltado ao abastecimento abrangia vasta porção do território mineiro e gerava excedentes para o mercado doméstico. Apesar de grande população participar da produção, a comercialização estava restrita a elites de áreas específicas. A comercialização da produção e a recíproca distribuição das importações movimentavam o comércio de municípios intermediários. Conforme Clotilde Paiva (1996, pp. 108-127), a produção de gêneros do abastecimento estava subordinada ao setor mercantil, mas as atividades mercantis eram pouco desenvolvidas na maior parte do território. A distribuição da produção dava importância ao setor mercantil, atrelado aos maiores fazendeiros, que subordinavam os menores; mesmo produzindo para fora, muitas regiões permaneciam na condição de lugares com baixo nível de desenvolvimento.<sup>42</sup>

Os dados apresentados permitem inferir tão-somente sobre os elos externos da economia mineira provincial. Desconhecemos fontes quantificáveis para o mercado interno mineiro e assim compará-lo ao mercado interprovincial. Segundo Henrique Gerber (1863, pp. 35, 44), em 1854-59 os municípios da zona da Mata produziam anualmente 1,3 milhões de arrobas de café,

---

<sup>42</sup> A liquidez do sistema prendia-se no setor comercial, de estrutura de custos fixos elevados que garantiam organização monopolista e retornos elevados ao capital. Porém, era o setor agrícola, mais aberto à entrada de novos capitais e de menor retorno aos investimentos, que baseava a estrutura social e o poder político. Na sociedade escravista brasileira, os grandes capitais permaneciam ligados a terra, ou a ela se tornavam. Ao restringir suas ações à órbita da comercialização, o capital não constituía elemento de proto-industrialização.

dos quais 1 milhão eram exportadas e o restante consumido na província (23%). Para outros produtos exportáveis os elos com o mercado interno mineiro são mais evidentes, como a pecuária e a mineração de diamantes. Já a mineração do ouro, controlada por grandes companhias, não dinamizava a economia como no século anterior. Conforme as estimativas do engenheiro Gerber (1863, pp. 33, 35, 38-39), a produção agropecuária interna de Minas Gerais, *circa* 1860, valia 50 mil contos de réis; aos quais deve ser adicionada a produção mineral (ouro, diamantes, ferro, salitre, pólvora) e a indústria de transformação (tipografia, tecelagem e manufaturas diversas especialmente de derivados da pecuária). Em 1860 a produção de ouro e diamantes estava em torno de 5 mil contos e a de tecidos próxima a 800 contos de réis; tão-somente as exportações de derivados da pecuária eram superiores a 2,1 mil contos de réis, para uma estimativa da produção total de manufaturas derivadas da pecuária muito superior a este valor.<sup>43</sup> O produto interno bruto *circa* 1860 é estimado em 65 a 75 mil contos de réis, ou mais de 40 mil réis *per capita*. As exportações totais de Minas Gerais orçavam, na mesma época, 21,4 mil contos de réis, ou seja, possivelmente 30% da renda mineira advinham do setor externo.

Ao longo do século XIX as exportações mineiras para o mercado internacional foram crescentes; em termos *per capita*, estagnaram na década de 1860, mas recuperaram-se na de 1870. Já as exportações domésticas foram *grosso modo* constantes em termos absolutos e certamente descendentes em termos *per capita*, o que demonstra a redução do efeito multiplicador destas exportações sobre o mercado interno. O debate verte-se ao dinamismo do café, responsável pelo comportamento crescente das exportações totais. Fisicamente, a grande cafeicultura estava restrita à zona da Mata; mas, ainda que as *plantations* fossem auto-suficientes na produção agrícola, demandavam escravos e animais de outras regiões. A zona da Mata passou a centralizar a demanda por artigos importados. Uma vez que a comercialização interprovincial da produção mineira estava atrelada à distribuição das importações, houve um deslocamento das atividades do setor mercantil. A produção pecuária do interior manteve seu papel abastecedor dos mercados mineiro e fluminense, mas a importância do café na fronteira deslocou o centro dinâmico do setor de abastecimento interno para as zonas cafeeiras.

A série de exportações trabalhada cobre o período até 1884 e estamos cientes da existência de alguns dados para o período posterior, os quais devem ser agregados à pesquisa para melhor entender as transformações na economia mineira a partir da década de 1870.

---

<sup>43</sup> Conforme os inquéritos municipais da década de 1850, a câmara de São João Del Rei declarou que em 1854 seus habitantes negociaram para fora do termo municipal 678 contos de réis em toucinho e 264 contos de réis em queijos (GRAÇA FILHO, 2002, p. 57); as exportações provinciais destes produtos em 1854 são estimadas em 1.250 e 170 contos de réis respectivamente. A câmara de Oliveira declarou que “entre 1852-54 exportara mais de 800 mil arrobas de toucinho” para fora do termo municipal (*apud* FRAGOSO, 1998, p. 129). Não está claro se a informação é para 3 anos civis, 2 anos fiscais ou média anual; em 1852/3 e 53/54 a província toda exportava anualmente 240 mil arrobas de toucinho.

## BIBLIOGRAFIA

- CALDCLEUGH, Alexander. *Viagem na América do Sul (Extrato da obra contendo relato sobre o Brasil)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Nacional, 1904-1905,
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. 2 vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. "Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV, 1899.
- \_\_\_\_\_. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. Traduzido por Domingos de Figueiredo Murta. São Paulo: Nacional, 1944
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2a ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GERBER, Henrique. *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia de Georges Leuzinger, 1863
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939/40.
- \_\_\_\_\_. *Estatísticas Históricas do Brasil*. <http://biblioteca.ibge.gov.br>
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUZ, Nícia Villela. PELÁEZ, Carlos Manuel. "Economia e história: o encontro entre dois campos do conhecimento". *Revista Brasileira de Economia*, 26(3), pp. 273-301, jul./set. 1972
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980.
- \_\_\_\_\_. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "As exportações de Minas Gerais no século XIX". *I Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.
- \_\_\_\_\_. MARTINS FILHO, Amílcar. "Slavery in a nonexport economy: a reply". *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), 1984
- MARTINS FILHO, Amílcar. MARTINS, Roberto B. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited". *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983.
- MINAS GERAIS. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares D'Andrea*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844.
- \_\_\_\_\_. *Relatorio que ao illm. e exm. sr. dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides presidente da provincia de Minas Geraes apresentou no acto de passa a administração em 14 de maio de 1869 o dr. Domingos de Andrade Figueira*. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1869
- NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1975.
- OFFICER, Lawrence H. "What Was the Gold Price Then?" In: *Economic History Services*, EH.Net, 2002.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- PUNTONI, Pedro (coord.). *Os Recenseamentos Gerais do Brasil no Século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 1998 (CD-ROM).
- RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1818-1884)*. Dissertação de Mestrado. UNESP/FCLAR, 2006.
- RIBEIRO, Joaquim Cypriano, *Índice Alfabético, Notícia histórica e Consolidação de Leis Mineiras, Dispositivos Regulamentares e Ordens Relativas a diversos ramos do Serviço Provincial desde 1835*. Ouro Preto: Typ. de Carlos G. de Andrade, 1883
- SLENES, Robert W. "Comments on 'Slavery in a Nonexport Economy'". *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983.
- SLENES, Robert W. "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX". *Estudos Econômicos*, Volume 18, Nº 3, Set/Dez 1988.
- TESSITORE, Viviane. *As Fontes da Riqueza Pública*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1995.